

PSICOLOGIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA DIANTE DA DITADURA MILITAR E DAS MANIFESTAÇÕES ATUAIS NO BRASIL

Juliana Camargo Costa

Graduanda em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO).
E-mail: <ju_wb13@hotmail.com>.

Patrícia Alves de Oliveira

Graduanda em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO).
E-mail: <patti_ao@hotmail.com>.

Daniele de Andrade Ferrazza

Doutora em Psicologia e Sociedade pela UNESP, professora do curso de graduação em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) e pela Universidade Paulista (UNIP-Assis). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas “Medicalização do Social no Contemporâneo” da UNESP, campus Assis.
E-mail: <danieleferrazza@yahoo.com.br>.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a atuação e posicionamento dos profissionais de psicologia em relação às mobilizações sociais tanto nos períodos de repressão da ditadura militar como nas recentes manifestações brasileiras que acompanharam o movimento do “Passe Livre”. Para a realização deste estudo do campo da Psicologia Social, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica da literatura especializada e reportagens jornalísticas atuais sobre o assunto. Conclui-se que ainda que existam possibilidades de participação da psicologia nos espaços de enfrentamento, denúncia contra a violação de direitos humanos e de debates para concretização de direitos e garantia da cidadania, como nas manifestações atuais, também existe a dificuldade de ocupação desses espaços por muitos profissionais que marcados pela tendência corporativa estariam acomodados em seu próprio status profissional apenas exercendo enfrentamentos para zelar pela estabilidade e consolidação da imagem social da profissão.

Palavras-chave: Psicologia Social, Movimentos Sociais, Direitos Humanos.

Neste ano de 2014 completam 50 anos do fatídico primeiro de abril de 1964, data do golpe militar no Brasil e que marcou um dos períodos mais críticos da história recente do país. Aqueles seriam tempos de total supressão dos direitos constitucionais, de práticas de censura, de perseguições políticas, de repressão, tortura e morte daqueles que se rebelavam contra o governo ou tentavam se organizar com o intuito de reivindicar melhores condições de vida da população brasileira.

O indelével registro da ditadura militar no país, que se estendeu de 1964 a 1985, marcou uma geração de pessoas que apreenderiam e vivenciarão também processos de politização e mobilização social com a organização de movimentos sociais marcados pela característica da luta por direitos, pela reivindicação da redemocratização do país e pela participação na construção de políticas públicas atentas às demandas, principalmente, da população pobre.

Quando se acreditava na passividade da população brasileira em relação às manifestações e mobilizações sociais, junho de 2013 trouxe novas perspectivas com a ocupação das ruas e a organização de manifestações pelos brasileiros dos mais diversos cantos do país e com as mais diversas e divergentes reivindicações. O estopim das recentes manifestações, diferente do período ditatorial que foi marcado pela violência de militares no poder e pela luta para a redemocratização do país, foi caracterizado por manifestações democráticas e por reivindicações contrárias ao aumento das passagens de ônibus das grandes cidades brasileiras. Conhecido como o movimento dos “Vinte Centavos”, carregou milhares de pessoas que se uniram aos manifestantes do “Movimento do Passe Livre”. Aquela seria a temática das primeiras manifestações seguidas de outras diversas reivindicações contrárias à corrupção, à violência, ao “Ato Médico”, à homofobia e tantas outras problemáticas que surpreenderam a mídia oficial e governantes acostumados à inércia política do brasileiro.

Nessa perspectiva, por meio de um estudo bibliográfico da literatura especializada e de reportagens jornalísticas atuais, o presente trabalho apresenta o objetivo de analisar e descrever a atuação e posicionamento dos profissionais de psicologia em relação às mobilizações sociais tanto nos períodos de repressão da ditadura militar (1964-1985) como no recente momento de manifestações que acompanharam o movimento do “Passe Livre” nas grandes capitais brasileiras.

Para a construção dessas reflexões, foi realizada uma revisão não sistemática da literatura especializada no assunto, com destaque aos textos do campo da Psicologia Social. Com base na proposta metodológica de Gil (1999), no primeiro momento foi feita uma leitura exploratória dos artigos e textos jornalísticos o que proporcionou, em um segundo momento, a realização de uma leitura aprofundada e seletiva do material. No terceiro momento foi realizada a ordenação das informações e a constituição de uma análise crítica e, finalmente, foi possível constituir uma leitura interpretativa e reflexiva do material selecionado.

Dessa forma, o presente trabalho que ora se apresenta, está organizado em quatro movimentos. Em um primeiro movimento, o estudo apresenta alguns elementos para a compreensão do período ditatorial no Brasil e destaca os momentos críticos de repressão e violação de direitos hu-

manos. Em um segundo movimento, o trabalho aborda brevemente a trajetória de constituição histórica da psicologia como profissão no Brasil com o intuito de compreender seu surgimento pautado nas concepções normativas e em práticas vinculadas aos interesses do militarismo e, posteriormente, de analisar a constituição de intervenções em psicologia social que visavam a construção de estratégias para melhorar as condições de vida da população brasileira. No terceiro movimento, o trabalho apresenta apontamentos sobre as atuais mobilizações sociais que aconteceram no ano de 2013 e ganharam notoriedade inclusive na mídia internacional. E, finalmente, no quarto movimento, o estudo aborda o posicionamento dos profissionais “psi” em relação às mais recentes manifestações populares no Brasil e problematiza a atuação da psicologia atual na luta pela garantia de direitos humanos e da cidadania de populações excluídas e marginalizadas.

DA DITADURA MILITAR À LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E CIVIS

O golpe militar de 64, que dominou a cena brasileira por cerca de 25 anos (1964-1989), configurou uma forma de Estado centralizado e opressor. A vitória militar que derrubou o presidente João Goulart, golpeou o projeto político nacional-estatista compreendido por várias reformas sociais e econômicas que o líder trabalhista encarnava, encerrando a experiência republicana iniciada com o fim do Estado Novo.

O regime ditatorial militar brasileiro, fortemente influenciado pelo governo dos Estados Unidos da América, cumpria a mesma fatídica trajetória de outros países latino-americanos que silenciara as vozes da revolução por direitos e por melhores condições de vida das classes populares e impunha brutalmente a força das doutrinas totalitárias e contrárias à diversidade, tão característica das concepções da “Doutrina de Segurança Nacional”, organizada por norte-americanos no período da Guerra Fria. Conforme Viola & Pires (2012: 97), “os EUA tinham grande interesse em manter o Brasil sobre tutela, desde o nível econômico até o político, pois entendiam o potencial que ele representava no contexto da América do Sul e pesavam as perdas que poderiam advir

de um governo democrático”. Com as propostas ameaçadoras de reformas de base do governo de João Goulart, o chamado Jango, surgiram cancelamentos de contratos com empresas internacionais, em sua maioria, de origens estadunidenses. Dessa forma, a ameaça da desvinculação econômica com os EUA, culminou no apoio das classes conservadoras e militares brasileiras que viam o projeto reformista de Jango como revolucionário e muito próximo ao comunismo cubano.

Antes de se efetivar o golpe militar, foram criadas “condições propícias” ao golpe com o intuito de incentivar os opositores do governo de Goulart. Época de criação de entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que produziam materiais contra o governo e financiavam opositores políticos, além de terem como principal objetivo de derrubar o governo reformista e promover a ascensão dos conservadores industriais e militares.

Na ofensiva pelas reformas de base, Jango resolveu liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro e único comício foi realizado em 13 de março de 1964, onde se reuniram todas as esquerdas, mais de 150 mil pessoas, na defesa exaltada pelas reformas. A reação veio imediata. No dia 19 do mesmo mês, em São Paulo, um comício promovido por organizações religiosas e financiado por executivos e industriais, centrado na retórica do “perigo comunista”, desenrolou-se sob o título da primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. As direitas unidas, alarmadas, aparentando decisão, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas contra o suposto “perigo comunista” (Carvalho, 2005).

As Forças Armadas tiveram então o alvará de intervenção, com discursos de “salvar” o país do comunismo e manter a “ordem e o progresso” da nação, no dia 01 de abril, os militares se articularam e tomaram o poder instituindo o regime autoritário que previa as seguintes estratégias políticas:

(a) controle e repressão dos movimentos sociais e das organizações classistas e políticas populares e nacionalistas; (b) rearticulação política dos setores dominantes sob hegemonia do capital internacional com o apoio do estado militarizado e disposto a não só suprir as constituições nacionais e alterar a legislação, mas também exercer todo e qualquer ato de imposição de sua vontade. (Viola & Pires, 2012, p. 97).

No dia 9 de abril instituiu-se o primeiro Ato Institucional seguido de outros atos que tinham como propostas retirar qualquer possibilidade de poder político da população. O quarto Ato Institucional, que tinha por finalidade reabrir o Congresso Nacional, foi totalmente suprimido pelo quinto Ato (AI-5) que não apenas fechou o Congresso, mas trouxe forte repressão, censura da imprensa e extinção do *habeas corpus* que, dramaticamente, trouxe as mais terríveis consequências de violação dos direitos humanos. O decreto do AI-5 introduziu regras de regime de exceção ao país que, conseqüentemente, culminou na prisão e cassação dos direitos políticos de inúmeros brasileiros. Os “Anos de Chumbo” foram fortemente marcados pela larga utilização da repressão, coerção e tortura que culminou em prisões e mortes de inúmeras pessoas apenas com o objetivo de preservar o poder militar (Pelegrini, 2014; Coimbra & Nascimento, 2012).

A condição precária da população brasileira se degradava ainda mais com o decorrer dos anos de regime militar. E, exatamente, naquela conjuntura sócio-política-econômica que os movimentos sociais se organizaram na tentativa de conquistar espaços e direitos.

Com o início da abertura política no governo do general Ernesto Geisel em 1974 e, principalmente, com a revogação do AI-5 em 1978, movimentos sociais em três grandes frentes “entraram em cena” (Sader, 1988) e começaram a se fortalecer na luta contra a ditadura militar: o movimento das comunidades eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), o movimento estudantil com suas organizações partidárias clandestinas e os movimentos grevistas dos operários do ABC (Coimbra & Nascimento, 2012; Monteiro e cols., 2006).

A sociedade, mesmo com toda a censura e repressão, mobilizou-se em grandes movimentos sociais e grevistas que marcariam o período de luta pela redemocratização do país (Machado & Scarparo, 2008).

Os militares que estavam no poder desde 64 começam a visualizar a desestabilização de seu governo e já em princípios da década de 80, o campo político seria marcado pelo processo de redemocratização iniciado, principalmente, com a anistia e a reforma partidária em 1979. O povo impaciente inicia as manifestações em exigência às “Diretas Já”, momento em que os militares adiam as eleições, prometendo-as para um futuro distante. As “Diretas Já”, mesmo com o apoio

popular, foi derrotada no Congresso e Tancredo Neves, escolhido para concorrer indiretamente à Presidência, representando a oposição, conseguiria ser eleito. No entanto, com a internação de Tancredo na véspera da posse e sua posterior morte, foi efetivado no cargo o vice-presidente José Sarney (1985-1989).

O novo cenário político levou a criação da Constituição de 1988 que pode ser considerada como a grande expressão da luta política que envolveu diversos atores, desde partidos políticos e sindicatos até movimentos sociais, que se colocaram na arena política com o intuito de defender os interesses dos cidadãos brasileiros. Período em que se apagam os rastros da ditadura militar e se estabelecem princípios democráticos no país na luta pela efetivação de direitos populares às conquistas de nossa civilização.

DA PSICOLOGIA NORMATIVA À PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA: SOBRE A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA DURANTE E APÓS A DITADURA MILITAR

No Brasil, a psicologia foi regulamentada no ano de 1962, pouco antes do golpe militar, em um período no qual as Forças Armadas se articulavam para promover o tão fatídico e inesquecível golpe. Entretanto, muito antes da década de 60, os estudos dos fenômenos psicológicos no Brasil se constituíam já em fins do século XIX e início do século XX, quando a psicologia buscava contribuir com estudos sobre as intervenções de caráter higienista, moralizante e normalizante focadas principalmente na população pobre (Bruschi & Guareschi, 2013). A psicologia emerge associada às classes burguesas e constituiria práticas, predominantemente, a serviço do controle social e da adaptação da população aos preceitos da sociedade normativa (Coimbra & Nascimento, 2012).

Com o golpe militar “a nova profissão não buscava apenas legitimidade social, mas pretendia mostrar para as classes dominantes atuantes no Brasil que a psicologia não era uma ameaça à ordem social”. (Lacerda Jr., 2013: 220). Conforme Cecília Coimbra (2011), um aspecto das práticas “psi” que não pode ser esquecido refere-se à participação direta de alguns de seus profissionais no aparato repressivo da ditadura militar brasileira. Essa participação assemelhava-se àquela que vários médicos tiveram, não só “acompanhando” presos políticos torturados, como tam-

bém, ministrando treinamentos a torturadores e elaborando laudos psiquiátricos e psicológicos de presos políticos. Sem qualquer menção às inúmeras sessões de torturas que eram submetidos os presos políticos, as práticas psicológicas realizadas junto ao governo militar tinham objetivos contrários a qualquer possibilidade de se pensar nas condições subjetivas dos prisioneiros e torturados por militares e com argumentos de defesa da ordem proporcionada pelo regime militar acreditavam na necessidade de traçar um perfil daqueles que se mostravam contrários ao regime (Coimbra, 2011).

Naquela época, os estudos na área “psi” eram produzidos sobre o indivíduo considerado inadequado, anormal, com comportamentos que dissonassem daqueles apregoados pelo regime militar e pelos preceitos do movimento higienista brasileiro, sem qualquer reflexão e crítica sobre as condições sociais, políticas e econômicas vividas pelas classes populares no país.

Aquele foi um período caracterizado também pela ênfase de teorias individualistas que contribuíram para tendências culturais da hegemonia burguesa e criavam uma psicologia privada, individual e elitista (Dimenstein, 2000).

O golpe militar de 64 definiria novas formas de desenvolvimento econômico, em que haveria uma valorização tanto de profissões de níveis superiores quanto de profissionais liberais. Exatamente a via que a classe média pretendia para ascender socialmente: profissionalizar-se via curso superior e transformar-se em profissionais liberais devido a valorização do setor privado. Aquele foi um período, conforme Gonçalves (2010), em que os campos de trabalho nas **áreas** sociais estavam reduzidos e o desenvolvimento de políticas sociais apresentava um caráter assistencialista e tecnocrático, de forma que era considerada desnecessária a atuação de profissionais na **área**.

A maior parte da Psicologia, a partir da regulamentação da profissão fica orientada para o trabalho clínico, no modelo do consultório particular e uma parcela menor estará nas empresas ou nas escolas, mas, nesses casos, durante bom tempo seguindo a tradição de prática anterior que já nos referimos: a prática da psicometria (...) ou de alguma forma de descrição e classificação que pudesse contribuir para a organização, quer da escola, quer do trabalho. (Gonçalves, 2010, p. 89).

Entretanto, na década de 70, enquanto parcela de psicólogos se acomodavam nesses espaços de conforto de atendimento às elites em seus consultórios particulares, outra parcela de profissionais, juntamente com outros intelectuais, começavam a se incomodar e discutir sobre a situação de opressão e violência que vivia o país naquele período ditatorial.

Durante a ditadura militar, houve um complexo processo de reorganização de setores da sociedade civil em sua luta contra o capital e/ou o regime militar. Este processo também chegou na psicologia, criando cisões, crises e transformações. Surgiram novas abordagens teóricas e práticas na psicologia brasileira. (Lacerda Jr., 2013, pp. 225-226)

Conforme Camino (2000) e Hur (2013), aquele seria um período em que alguns psicólogos, não apenas no Brasil, mas também em toda a América Latina, começaram a apontar para a necessidade de se construir uma psicologia social crítica em consonância com os problemas sociais vividos pelas classes populares.

No Brasil, o crescimento de posicionamentos críticos em relação a situação vivida na época levaria ao desenvolvimento da psicologia social comunitária, em que profissionais vinculados aos movimentos contrários ao regime ditatorial, preocupados com a construção de novas práticas que negavam o paradigma hegemônico e críticos às instituições sociais conservadoras, iniciaram uma nova relação com as populações pobres na construção de estratégias para a garantia de direitos humanos e do exercício de cidadania (Gonçalves, 2010; Sobrosa e cols., 2014).

SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DO MOVIMENTO DO “PASSE LIVRE” À HETEROGENEIDADE DE TEMAS DAS MOBILIZAÇÕES

No dia 27 de Maio de 2013 foi decretado, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, um aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de ônibus urbanos. O aumento das passagens de ônibus urbanos naquelas capitais levou a população a conhecer o movimento do “Passe Livre”, caracterizado pela organização de coletivos autônomos e apartidários, que lutam pelo passe livre estudantil e pela atual transformação da concepção de transporte

coletivo com apresentação de propostas de um transporte público, gratuito e de qualidade sob controle público e não mais de corporações privadas (Gomes & Maheiriei, 2011).

Os manifestantes contrários ao aumento das passagens de transporte público ganharam as ruas, tomaram praças, ocuparam os espaços públicos e nas grandes avenidas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre pararam o trânsito. A imprensa brasileira impulsionada pelas classes altas da sociedade brasileira, a princípio perplexa com a multidão tomando as ruas e provocando transtornos pelas manifestações nos horários de *rush*, tentou convencer seus telespectadores sobre a incomodativa presença da população considerada naquele momento como desocupada e negligente. “Não foram poucas as imagens mostradas em todo o país de policiais jogando gás de pimenta, batendo com seus cassetetes e disparando balas de borracha nos manifestantes que, segundo a mídia, eram os “vândalos” que de fato precisavam ser interditados.” (Mayorga, Rasera & Kind, 2013).

As polícias militares sob a ordem de governos estaduais reagiram com tropas de choque, balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio com o intuito de impedir que a população tomasse as ruas e as manifestações acontecessem (Peruzzo, 2013). Aquele foi um momento também marcado pela repressão e violência policial que não se distanciavam das ações daquele triste período ditatorial. E da mesma forma que nos “Anos de Chumbo”, os governantes pretendiam, sob o discurso de resguardar a ordem e disciplina das cidades, afastar qualquer possibilidade de organização e mobilização contrária as suas decisões autoritárias.

O movimento não recuou, ganhou adeptos dos mais diferentes pontos da cidade, das mais distintas categorias e das mais diversas classes sociais. A população, a princípio, em conjunto ao movimento do “Passe Livre” se revoltou contra o aumento do valor das passagens de ônibus e da ineficiência do sistema de transporte público. Mas as reivindicações cresceram conforme se ganhavam novos adeptos. Novas lutas e exigências de transformações surgiram e, conforme Peruzzo (2013: 74), aquele foi “um momento em que as bandeiras de luta e a configuração dos participantes já haviam se ampliado para além da redução da tarifa do transporte coletivo que foi o motivo das primeiras manifestações”. As demandas e atividades políticas do brasileiro, considerado apá-

tico e passivo, foram reacesas e as manifestações tomaram dimensões gigantescas e ocuparam as ruas de várias cidades brasileiras.

O que antes eram manifestações locais, organizadas por um movimento pouco conhecido nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, se estenderam por todo o país, ganharam adeptos e conquistaram notoriedade até mesmo internacionalmente. A heterogeneidade das demandas nas manifestações pode ser demonstrada pelo editorial da Revista *Psicologia & Sociedade*, publicado em julho de 2013, e que destaca as demandas das mobilizações daquele momento:

Com jargões como “queremos saúde e educação padrão FIFA” ou ainda “um professor vale mais que o Neymar” que se mesclaram a demandas pelo fim da corrupção, pelos direitos humanos (através de posições contra Marcos Feliciano, deputado pastor do Partido Social Cristão que ocupa a presidência da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados; contra o Estatuto do Nascituro que prevê auxílio financeiro para a mulher que for estuprada e decidir dar continuidade à gestação; contra a violência policial nas periferias que atinge principalmente jovens negros; contra a redução da maioridade penal, etc.), por uma reforma política imediata, milhares de brasileiros interpelaram e buscaram interditar aquele que foi forjado como o grande evento da identidade nacional brasileira, a realização de uma copa de futebol. O momento não poderia ser mais propício para denunciar as contradições dos governantes no Brasil seja quando se trata do uso do dinheiro público, das alianças políticas disparatadas que vem acontecendo no país, da lógica de privatização do que é público, associado ainda à criminalização dos movimentos sociais... (Mayorga, Rasera & Kind, 2013).

O povo se organizava pelas redes sociais, saía às ruas e tomava os espaços públicos, agora, não reivindicavam apenas a melhoria dos transportes públicos mas traziam reivindicações com demandas pela melhoria nos sistemas de saúde, educação e assistência social. Se antes as manifestações eram compostas por uma pequena parcela da população adepta ao movimento do “Passe Livre”, agora, a mobilização era composta pelos mais diversos tipos heterogêneos, estudantes, desempregados, operários, intelectuais, famílias de diferentes raças e etnias, mulheres e homens que traziam diferentes e divergentes bandeiras, algumas inclusive contraditórias, mas que davam forma ao corpo do coletivo reivindicatório (Pelbart,

2013). Os protestos embora não apresentassem um único objetivo ou uma única pauta de reivindicações estavam essencialmente fundamentados nas mais diversas insatisfações vividas pela vida precária de muitos brasileiros:

As grandes manifestações públicas recentes no Brasil mostram-se políticas, no sentido amplo, pois se expressam em forma de protestos e de reivindicações por mudanças em áreas nevrálgicas da vida nacional e por reivindicações de políticas públicas de interesse social (Peruzzo, 2013, p. 78).

Apesar da característica pacífica da maioria dos movimentos daquele momento, inúmeras pessoas foram agredidas, feridas e presas. A mídia oficial que a princípio se mostrava contrária às manifestações e a favor da intervenção policial, também não ficou ileso as agressões da polícia. No momento em que repórteres de jornais e da televisão foram atingidos por disparos de balas de borracha da Tropa de Choque da Polícia Militar (Peruzzo, 2013), a mídia conservadora brasileira se posicionaria a denunciar a violência cometida pela polícia. Aquele seria o momento em que a mídia deixaria de lado seus argumentos contrários às manifestações e a favor das intervenções policiais armadas e passaria a denunciar a agressão e violência cometida pela polícia ordenada por governantes temerosos. Por outro lado, uma mídia alternativa já divulgava desde o princípio das grandes manifestações coberturas ao vivo das mobilizações transmitidas via internet e disseminavam informações que denunciavam o autoritarismo e a repressão policial pelas redes sociais (Mayorga, Rasera & Kind, 2013).

A divulgação das ações exageradas da polícia e a intensificação das manifestações por todo o país só fariam aumentar a pressão contra o governo que tentaria estipular, então, intervenções mais pacíficas por parte da polícia. Além disso, as preocupações e debates promovidos por intelectuais de diversas áreas e o posicionamento de políticos da direita e da esquerda brasileira levaram o desdobramento de algumas ações, como a proposta presidencial de reforma política.

Inúmeras manifestações aconteceram em todo o país, algumas ainda continuam acesas e têm provocado muito alvoroço e discussão. Dentre as diversas polêmicas ainda presentes na imprensa brasileira é possível encontrarmos discussões sobre a violência e coerção policial, sobre o posicionamento de manifestantes pacíficos con-

trários aqueles tempestuosos, sobre o tumulto e “quebra-quebra” promovido por pessoas em meio das manifestações, sobre as ações e táticas dos diferentes grupos organizados pelos *Black Bloc*, além de assuntos sobre a manipulação da mídia em relação aos acontecimentos e manifestações e a contínua passividade de nossos governantes.

As diversas e crescentes manifestações em todo o país levaram ao posicionamento de diversos pesquisadores e intelectuais, principalmente do campo das ciências sociais, o que proporcionou a divulgação de novos questionamentos e debates a respeito das necessidades e demandas do povo brasileiro. No entanto, chama atenção, conforme destacado por Jaqueline de Jesus (2013), a pouca participação dos profissionais em psicologia nesses debates atuais relacionados as mobilizações e manifestações que também não deixaram de abordar questões de interesses da psicologia social.

A PSICOLOGIA SOCIAL NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS E SUAS RELAÇÕES COM AS MANIFESTAÇÕES DA CONTEMPORANEIDADE

Podemos observar que a mudança do foco de atuação dos profissionais com o fim da ditadura militar saiu da visão individualizada/privada para a construção de posicionamentos atentos ao coletivo/social. Processo de transformação das práticas profissionais do psicólogo que foram de suma importância para a ascensão e reconhecimento da profissão no país. Com a introdução da psicologia na comunidade e no âmbito das políticas públicas, inicia-se um processo de conquista pela diminuição das desigualdades sociais e pela mudança do “olhar” em relação ao sujeito, podendo-o compreendê-lo como sujeito inserido em um contexto social, político, cultural e econômico (Bruschi & Guareschi, 2013). Nessa perspectiva, a psicologia iria atuar diretamente em questões relacionadas aos Direitos Humanos, com objetivos de assegurar também a integridade psíquica e emocional de sujeitos que, ao longo da história brasileira, sempre estiveram na condição de excluídos e marginalizados (Mayer & Lion, 2010).

Conforme Mayorga, Rasera & Kind (2013), desde suas origens, a psicologia social crítica no Brasil dedicou-se pela luta da garantia de direitos humanos e tem disseminado diversas publicações e debates sobre a necessidade de posicionamentos

e engajamentos políticos também de profissionais “psi”, em uma perspectiva pela qual direitos humanos constituem-se como:

o conjunto de conquistas resultantes de uma luta coletiva de diversos atores sociais por uma cultura de respeito aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Entende-se, aqui, que os principais fundamentos dos Direitos Humanos dizem respeito à igualdade e à dignidade humana, a partir de uma perspectiva sócio histórica, não naturalista e enquanto uma construção em determinado período da história mundial, não sendo atributos naturais e inerentes ao ser humano. (Rosato, 2011, p. 19).

Na atualidade, a psicologia tem ocupado diversos espaços de discussões em torno dos direitos de crianças e adolescentes, de idosos, na luta pela igualdade de gêneros, contra a homofobia, na defesa pela ampliação da Reforma Psiquiátrica, na implementação e defesa do Sistema Único de Saúde, na defesa do Sistema Único de Assistência Social, no debate sobre o sistema prisional e as medidas socioeducativas. Nessa perspectiva, conforme Fernandes (2012), é preciso compreender que fazer e atuar na área da psicologia é reconhecer seu caráter politizador, que significa identificar que seus discursos e práticas também incidem sobre a vida de sujeitos e sobre as diversas representações sociais e políticas da população. Dessa forma, o profissional “psi”, atento a complexidade e singularidade humana, deve comprometer-se em construir uma prática eticamente relacionada às propostas de transformações sociais.

Entretanto, conforme Camino (2000), ao analisar a participação de profissionais de psicologia no engajamento em movimentos intelectuais, sociais e políticos e na denúncia contra a violação de Direitos Humanos, percebe-se que nem todos os psicólogos estariam envolvidos politicamente.

Um exemplo do distanciamento político de muitos profissionais “psi” está relacionado às polêmicas que envolveram as propostas do antigo presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, o pastor Marcos Feliciano, e que afetariam diretamente as práticas e discursos de muitos psicólogos. Os psicólogos, assegurados pela resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), publicada em 1999, são proibidos de colaborar com eventos e com a divul-

gação de serviços que ofereçam tratamento para a suposta “cura” da homossexualidade, além de serem vedados de participar de manifestações que reforcem preconceitos sociais em relação às práticas homoafetivas. O projeto proposto pelo deputado Marcos Feliciano e que ficou conhecido como “Cura gay” visava derrubar a resolução do Conselho Federal de Psicologia com o intuito de assegurar a prática de profissionais “psi” que divulgam a possibilidade de “tratarem” homossexuais e que alegam promoverem o suposto bem-estar para a família e para a nação brasileira. Diante da polêmica causada pelo referido projeto, inúmeros profissionais das mais diferentes regiões do país trouxeram posicionamentos contrários às propostas do presidente da Comissão de Direitos Humanos, no entanto, muitos psicólogos também saíram em apoio ao deputado alegando que sofriam perseguições do conselho de classe devido ao posicionamento em relação às relações homoafetivas. O distanciamento desses profissionais em relação às noções de direitos humanos e cidadania ficam evidentes ao desconsiderarem as possibilidades de que projetos como aqueles poderiam provocar mais atos homofóbicos, agressões, torturas e mortes apenas pela orientação sexual de diversos indivíduos no país.

Conforme Coimbra & Nascimento (2012), o nascimento da psicologia pautada por discursos e práticas de controle, vigilância, correção, marcaria a formação “psi” por crenças em uma verdade imutável, universal, na apreensão objetiva do ser humano e do mundo e, conseqüentemente, levaria profissionais se apropriarem de ideias sobre a necessidade de normatização daqueles considerados fora da norma. Antes que isso pareça algo antigo e fora da moda, atualmente presenciamos cotidianamente nas práticas de muitos profissionais as novas roupagens daquele velho discurso higienista e moralizante, no qual a psicologia, como vimos, estaria a serviço do controle social e da adaptação da população aos preceitos da sociedade normativa.

Os desafios ainda são muitos, e a luta contra a violação de direitos humanos e em defesa dos processos de emancipação e cidadania é um processo a ser construído diariamente e que corre o risco de ser capturado pelas concepções de verdade e poder que sempre cercaram os discursos e práticas “psi” tão característico das sociedades normativas (Bruschi & Guareschi, 2013; Coimbra & Nascimento, 2012).

Dessa forma, podemos considerar a excepcional importância da participação da psicologia nas manifestações contemporâneas e em posicionamentos críticos em relação aos mais diversos movimentos sociais presentes na atualidade. No entanto, ainda que a psicologia social, há mais de 30 anos, tem buscado se dedicar e intervir nas diferentes propostas de intervenções e enfrentamentos para a conquista da emancipação e garantia da cidadania de populações marginalizadas, discriminadas e excluídas, ainda encontramos profissionais pouco atentos ou implicados com os importantes acontecimentos da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período ditatorial marcado pela violação de Direitos Humanos, caracterizado pela utilização de vários métodos de tortura contra opositores políticos e a população que se manifestava contrária ao regime, seria um dos momentos tristes de nossa história recente. Para que a história de vida daqueles que morreram e foram torturados não fosse esquecida e fosse denunciada, criou-se no ano de 1985, como fim da ditadura militar, o “Grupo Tortura Nunca Mais” (2013), constituído por ex-presos políticos que vivenciaram situações de tortura e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Com o objetivo de denunciar a história da ditadura militar do país, o grupo busca pela verdade sobre as mortes e os desaparecimentos dos presos políticos, além de tentar identificar os principais agressores e carrascos. Os dados nos mostram a alarmante situação: “no Brasil, em 21 anos de regime militar, houve 300 mortos e/ou desaparecidos, 25 mil presos políticos e 10 mil exilados.” (Olivieri, 2006). A Psicologia tem uma importante implicação na tentativa de denunciar as verdadeiras atrocidades cometidas nos porões do regime militar (Coimbra, 2011) e tem participado ativamente de programas e projetos - como a “Comissão da Verdade” - que visam reviver e identificar o que realmente aconteceu com muitas pessoas naquele período, além da função de acolher os que sofreram e ainda sofrem pelas práticas de tortura.

A atualidade, distante daquelas práticas ditatoriais, não estaria totalmente isenta de ações autoritárias revestidas por roupagens democráticas que, recentemente, assaltadas por um novo movimento assombrariam governantes e a bur-

guesia conservadora. As novas manifestações, ainda que apresentassem diversas reivindicações, trouxeram a possibilidade, conforme Pelbart (2013), de construção de outra subjetividade política e coletiva. Em uma análise sobre as atuais manifestações, Péter Pal Pelbart traça as seguintes considerações:

Como se a vivência de milhões de pessoas ocupando as ruas, afetadas no corpo a corpo por outros milhões, atravessados todos pela energia multitudinária, enfrentando embates concretos com a truculência policial e militar, inventando uma nova coreografia, recusando os carros de som, os líderes, mas ao mesmo tempo acuando o Congresso, colocando de joelhos as prefeituras, embaralhando o roteiro dos partidos - como se tudo isso não fosse “concreto” e não pudesse incitar processos inauditos, instituintes! (Pelbart, 2013).

A possibilidade de constituição de novas subjetividades coletivas e politizadas que pudessem romper com processos naturalizados e instituídos, proporcionaria novas reflexões para uma psicologia que pouco se posicionou diante das manifestações e reivindicações atuais. É verdade que alguns dos aspectos que apareceram nas reivindicações e que atingiam diretamente a classe de profissionais “psi” não deixaram de ser lembrados. A luta contrária ao Ato Médico e ao projeto de “cura gay” do ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos foram alvos de discussões e manifestações de profissionais da área em diversas manifestações. Entretanto, inegável reconhecer a necessidade do posicionamento da categoria de psicólogos diante dos protestos, na tentativa de refletir e analisar sobre a constituição de um novo coletivo que ocupou as ruas e que por alguns momentos pertenceu a massa e aos espaços públicos em reivindicações por melhores condições de vida e na busca por direitos.

Pode-se concluir que, ao mesmo tempo em que se abrem espaços de enfrentamento, ainda permanecem presentes os espaços tradicionais para o exercício de uma psicologia individualista, “embebida da ideologia dominante e conservadora das relações sociais” (Dimenstein, 2000: 104). Um dos grandes problemas apontados por Magda Dimenstein (2000) está relacionado à formação do profissional em psicologia que ainda enfrenta nas Universidades um currículo que reproduz o modelo hegemônico de atuação profissional: “o modelo clínico liberal privatista” e da “psicoterapia

individual de inspiração psicanalítica.” Nessa perspectiva, ainda que existam possibilidades de participação da psicologia nos espaços de enfrentamento, denúncia contra a violação de direitos humanos e de debates para concretização de direitos e conquista da cidadania, como as manifestações atuais, também existe a dificuldade de ocupação desses espaços por muitos profissionais que marcados pela tendência corporativa estariam acomodados em seu próprio status profissional apenas exercendo enfrentamentos para zelar pela estabilidade e consolidação da imagem social da profissão.

REFERÊNCIAS

- Bruschi, M. E.; Guareschi, N. M. F. (2013). *Psicologia social nos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Camino, L. (2000). *Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carvalho, J. M. (2005). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- Coimbra, C; Nascimento, M.L. (2012). Movimentos sociais e sociedade de controle. In: Tedesco, S.; Nascimento, M.L. *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Sulina.
- Coimbra, C. M. B. (2011). Práticas psi no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. In: Jacó-Vilela, A. M.; Jabour, F.; Rodrigues, H. B. C. *Clio-psyché: história da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121.
- Fernandes, M. V. T. (2012). *O compromisso da Psicologia com os Direitos Humanos*. Curso de Psicologia do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo-SP: Atlas.
- Gomes, M.A. & Maheiriei, K. (2011). Passe livre já: participação política e constituição do sujeito. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 359-375, jul./dez., São Paulo.
- Gonçalves, M.G. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Grupo tortura nunca mais. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.torturanuncamaisrj.org.br/Conteudos.asp?RE->

- fresh=2009120604212629581429&Pagina=-
QuemSomos&Titulo=Quem%20Somos. Acesso
em: 11 de Jul. de 2013.
- Hur, D. U. (2013). Esquizoanálise e política: proposições para a Psicologia Crítica no Brasil. *Teoría y crítica de la psicología* 3, 264-280. [citado em 19 de maio de 2014]. Disponível em: <http://teocripsi.com/documents/3HUR.pdf>.
- Jesus, J. G. (2013). Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 493-503.
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Revista Teoría y crítica de la psicología* (Online), 3, 216-263.
- Machado, P. F. & Scarparo, H. B. K. (2008). Golpe militar: A psicologia e o movimento estudantil do Rio Grande do Sul. In: *X Salão de Iniciação Científica*, PUCRS, pp. 1919- 1923.
- Mayer, B. S., & Lion, V. (2010). O tecido e o tear: a psicologia e sua interface com os direitos humanos. In: Pompeu, F. Cartilha CFP- SP. São Paulo: IBEAC.
- Mayorga, C., Rasera, E.& Kind, L. (2013). Editorial. *Revista Psicologia & Sociedade*. 25 (2), 254-255, Belo Horizonte.
- Monteiro, A. Coimbra, C. & Mendonça Filho, M. (2006). Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Revista Psicologia & Sociedade*, 18(2), 7-12, mai./ago, Belo Horizonte.
- Olivieri, A. C. (2006). Presos políticos: golpe e repressão no Brasil, na Argentina e no Chile. (17 ago.). *Pedagogia & Comunicação*. Disponível em: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/presos-politicos-golpe-e-repressao-no-brasil-na-argentina-e-no-chile.htm>.
- Pelbart, P. P. (2013). "Anota aí: eu sou ninguém". *Jornal Folha de São Paulo*, 19 de jun., [citado em 15 de agosto de 2013] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml>.
- Pelegrini, T. (2014). Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. 43, jan./jun., 151-178. [citado em 19 de maio de 2014]. Disponível em: <http://periodicos.bce.unb.br/index.php/estudos/article/view/10766/7775>.
- Peruzzo, C.K. (2013). Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou" (?). *Revista Matrizes*, 7(2), jul/dez., 73-93. [citado em 04 de fevereiro de 2014]. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/487>.
- Rosato, C.M. (2011). Psicologia e Direitos Humanos: cursos e percursos comuns. *Psicologia em Revista*, 20(1), 11-27.
- Sader, E. (1995). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sobrosa, G. M. R.; Zappe, J. G.; Patias, N. D.; Fiorin, P. C.; Dias, A. C. G. (2014). O Desenvolvimento da Psicologia da Saúde a partir da construção da Saúde Pública no Brasil. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 4-9. [citado em 01 de abril de 2014]. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/326/399>.
- Viola S. E. , & Pires, T. V. (2012). A memória de um período e a verdade da história. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 48(2), mai./ago., 93-102. [citado em 15 de outubro de 2013]. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.03.

Social Psychology and Human Rights: the intervention of psychology in the face of military dictatorship and current manifestations in Brazil

ABSTRACT

This work aims to analyze the acting and positioning of psychology professionals in respect to social movements both during periods of repression of the military dictatorship as in the recent Brazilian manifestations that accompanied the movement of “Free Pass”. For this study the area of Social Psychology, was used as a methodological procedure bibliographic research literature and current news reports on the subject. We conclude that although there are opportunities to participate in psychology spaces, complaint against the violation of human rights and debates for materialisation of rights and citizenship conquest, as in current manifestations, and also there is difficulty filling those spaces marked by many professionals for corporate trend would be accommodated in their own professional status only standing up to confrontation exercising to ensure the stability and consolidation of the social image of profession.

Keywords: Social Psychology, Social Movements, Human Rights.

Recebido em: 02/04/2014

Avaliado em: 04/04/2014

Correções em: 09/05/2014

Aprovado em: 12/09/2014

Editor: Vinícius Renato Thomé Ferreira